



Boletim 248 del WRM
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Janeiro / Fevereiro 2020

**Comunidades resistindo ao desmatamento e
às táticas de “lavagem verde”**



Foto: YVE, Gana

Nossa Opinião. 2020: Mais acordos para aumentar o desmatamento.....	2
Gana: plantações de eucalipto para produzir energia.....	5
Dirigir um automóvel sendo “neutro em carbono”: o projeto de restauração e conservação da Shell na Indonésia	8
Gabão: comunidades enfrentando promessas de “desmatamento zero” da OLAM.....	12
A Smurfit Kappa na Colômbia: Crônica de uma morte anunciada.....	17
Uma voz da Tanzânia: o argumento que justifica a promoção de monoculturas de árvores para obter lenha é falso.....	21
O agrotóxico usado nas monoculturas de árvores que polui para sempre.....	24
Mulheres, territórios e posse da terra: Reflexões vindas do México sobre por que e para que nós, mulheres, queremos a terra.....	27

RECOMENDADOS

Bioenergia na África Ocidental: Impactos sobre Mulheres e Florestas.....	31
Relatório climático do povo: vozes da Índia	31
Uruguai: desmascarada a campanha fraudulenta da multinacional finlandesa UPM.....	31
O Reino Unido precisa processar empresas britânicas que violem direitos humanos na Libéria	32
Banco holandês ING acusado de contribuir para abusos de empresas de plantações de dendê.....	32

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos: Os Jovens Voluntários para o Meio Ambiente (YVE), Gana; Muyissi Environnement, Gabão; uma ativista da Colômbia; a Fundação SUHODE, Tanzânia; a Rede de Ação sobre Pesticidas e Alternativas - Ponto de Conexão do IPEN na América Latina e no Caribe; um ativista de Chiapas; e membros do Secretariado Internacional do WRM

Comunidades resistindo ao desmatamento e às táticas de “lavagem verde”

Nossa Opinião:

2020: Mais acordos para aumentar o desmatamento



Crianças Xerente no Tocantins, Brasil. Foto: Tiago Reis

Este ano, 2020, vem com seus próprios desafios para as florestas e os povos da floresta, na medida que os processos internacionais relacionados ao tema florestal parecem estar entrando em novas fases. No entanto, o maior desafio que enfrentamos permanece o mesmo: apesar das evidências cada vez maiores de aumento da destruição e do desmatamento nos últimos 20 anos, de espoliação e violência crescentes contra os povos das florestas, as negociações internacionais foram tomadas pelos interesses das empresas e campanhas de “lavagem verde”.

Este editorial pretende fazer um alerta máximo em relação às agendas empresariais que avançam sem contestação e que dominam esses processos decisórios internacionais. Com frequência, as decisões têm tido impactos muito concretos para povos e comunidades que dependem das florestas; portanto, é fundamental que grupos de base e comunidades que dependem das florestas permaneçam vigilantes contra todos os riscos possíveis.

Este ano, o Acordo de Paris sobre o clima, promovido pela ONU em 2016, reavaliará as metas nacionais estabelecidas para cada país. O Acordo identifica as florestas (e as árvores) como uma das principais “soluções” para remover o dióxido de carbono da atmosfera, [promovendo as plantações industriais de árvores em todo o mundo](#). (1) No entanto, durante as negociações climáticas da ONU, em novembro de 2019, não se chegou a um acordo sobre questões fundamentais relacionadas a mercados de carbono e

mecanismos de compensação. Mesmo assim, várias iniciativas voluntárias e milhões de dólares estão sendo investidos no incremento de [esquemas de compensação](#) (2) e em [grandes plantações](#) (3) como “soluções” viáveis para a crise climática. Não é de surpreender que não estejam sendo discutidas [estratégias para deixar os combustíveis fósseis no solo](#), (4) apesar de a extração e a queima de combustíveis fósseis terem sido identificadas como a principal causa da crise climática que atinge o planeta.

Durante as negociações climáticas de 2019, as indústrias de combustíveis fósseis e conservação ganharam impulso ao desenvolver [uma expressão para descrever a compensação: Soluções Baseadas na Natureza](#) (5) (ou Soluções Naturais para o Clima), que foi apresentada como a saída para a crise climática. O [REDD+](#), (6) a política florestal tão propalada e que existe há 15 anos, foi substituído por discursos sobre as Soluções Baseadas na Natureza (SBN), que visam aumentar o “armazenamento” de carbono no mundo natural. Enquanto isso, as discussões em torno do desmatamento foram substituídas pelo termo “restauração”. Mais uma vez, não se trata de abordar as verdadeiras causas da crise climática. Enfrentamos um cenário cheio de oportunidades para o setor empresarial, pois a responsabilidade pela crise climática não é atribuída às grandes empresas responsáveis pelo desmatamento, a degradação florestal e a poluição climática em grande escala, e sim às práticas agrícolas camponesas e indígenas.

Outro processo internacional que foi estabelecido para este ano é o Marco Global de Biodiversidade pós-2020, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB). A CDB deveria ter como objetivo proteger a biodiversidade, mas também tem promovido falsas soluções prejudiciais, como as [compensações de biodiversidade](#). (7) Esse mecanismo recebeu o apoio de inúmeras ONG conservacionistas, indústrias poluidoras, bem como a ONU e o Banco Mundial, e está sendo usado principalmente pela indústria de mineração. Por quê? Porque ele basicamente permite que indústrias extrativas e outras empresas entrem em áreas florestais onde essas atividades de extração costumavam ser proibidas, desde que “protejam” ou “recriem” outra área “equivalente” em termos de biodiversidade.

Com o objetivo de fazer lavagem verde em operações destrutivas, o setor de conservação e seus aliados empresariais estão pressionando por um aumento drástico das Áreas Protegidas no mundo todo. Segundo a IUCN, eles estabeleceram uma meta de 30% do território global. [O modelo de conservação predominante](#) (8) presume que a “natureza” deve ser separada da atividade humana. Como tal, um aumento nas Áreas Protegidas também significa mais despejos, violência e discriminação contra os verdadeiros protetores das florestas: comunidades indígenas e que dependem dessas florestas. Também pode significar mais áreas disponíveis para compensar as práticas das empresas em seus negócios.

Por fim, para florestas e povos da floresta, também é relevante mencionar os planos do Esquema de Compensação e Redução de Carbono da Aviação Internacional (CORSA, na sigla em inglês), com início previsto para 2021. Esse setor ocupa o primeiro lugar entre as indústrias mais poluentes do mundo. O principal objetivo desse esquema é permitir que as emissões de combustíveis fósseis da indústria da aviação continuem aumentando, alegando que ela “compensará” essas emissões. As decisões sobre que tipos de compensações serão incluídas no CORSA serão revisadas este ano. Já em 7 de janeiro de 2020, a Fundo Cooperativo para o Carbono das Florestas (FCPF, por sua sigla em inglês) do Banco

Mundial solicitou à Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO) que [aceitasse créditos de compensação por REDD+ da FCPF](#). (9)

Nenhum desses acordos e negociações foi concebido para resolver qualquer crise. As verdadeiras causas continuam intocadas, enquanto as falsas soluções que fortalecem a pressão e o cercamento em benefício dos interesses das empresas continuam sendo promovidas, financiadas e facilitadas, juntamente com as injustiças históricas, o desmatamento, a poluição, a violência, a discriminação, etc.

Mas nem tudo são más notícias. A resistência é fértil. Um [projeto de pesquisa recente, encomendado pela Aliança Informal contra as Plantações de Dendezeiros na África Oriental e Central](#), (10) mostra que houve um declínio significativo no número e na área total das concessões de terra para plantações industriais de dendezeiros nos últimos 5 anos – de 4,7 para 2,7 milhões de hectares. Uma razão importante para isso é a crescente resistência a essa indústria destrutiva e violenta.

O WRM mais uma vez reafirma sua solidariedade para com as populações que dependem da floresta, que continuam se engajando na luta para defender seus territórios das verdadeiras causas da crise climática e florestal.

- (1) <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/nosso-ponto-de-vista/o-acordo-de-paris-sobre-mudancas-climaticas-promover-plantacoes-de-arvores-e-reduzir-as-florestas-a-estoques-de-carbono-comercializaveis/>
- (2) <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-mencao-ao-redd-no-acordo-de-paris-garante-a-continuacao-do-financiamento-para-a-industria-de-conservacao-enquanto-o-desmatamento-em-grande-escala-avanca-sem-encontrar-obstaculos/>
- (3) <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/acordo-de-paris-o-aval-internacional-para-as-empresas-de-plantacoes-de-monocultivos-de-arvores-iniciarem-um-novo-ciclo-de-expansao/>
- (4) <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/o-acordo-de-paris-prejudica-a-campanha-global-para-deixar-o-petroleo-no-subsolo/>
- (5) <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/um-novo-nome-para-um-antigo-desvio-as-solucoes-baseadas-na-natureza-sao-o-novo-redd/>
- (6) <https://wrm.org.uy/pt/navegue-por-tema/mercantilizacao-da-natureza/redd-3/>
- (7) <https://wrm.org.uy/pt/?s=compensa%C3%A7%C3%B5es+biodiversidade>
- (8) <https://wrm.org.uy/pt/boletins/nro-242/>
- (9) <https://redd-monitor.org/2020/02/11/the-international-civil-aviation-organisation-should-reject-the-world-banks-forest-carbon-partnership-facility-from-its-offsetting-scheme-as-well-as-rejecting-all-other-offsets-of-course/>
- (10) <https://www.grain.org/en/article/6324-communities-in-africa-fight-back-against-the-land-grab-for-palm-oil>

Gana: plantações de eucalipto para produzir energia



Foto: YVE, Ghana

No contexto das discussões climáticas, os debates em torno da produção de energia de biomassa chamada de “neutra em carbono” estão crescendo, principalmente na África. No entanto, já foi amplamente documentado que, **para produzir biomassa em escala industrial, são necessárias grandes extensões de terra, ao mesmo tempo em que a queima de biomassa é altamente poluente.** (1)

A empresa norueguesa **APSD – sigla em inglês para African Plantations for Sustainable Development** - está estabelecendo plantações industriais de eucalipto na zona rural de Gana para queimar a madeira e produzir eletricidade (o chamado combustível de biomassa). Desde 2009, a APSD conseguiu **garantir o acesso a cerca de 42.000 hectares por meio de arrendamentos de 50 anos (com possibilidades de renovação)** perto da cidade de Atebubu, província de Brong Ahafo, na Região Central de Gana, no lado oeste do lago Volta, cerca de 400 km ao norte da capital, Accra.

Paralelamente, a APSD está construindo uma **usina de biomassa de 60 megawatts** na mesma área, que deve estar em funcionamento em 2021. Para que a usina opere, é necessário um **suprimento anual de 600.000 m³ de toras, o que se traduz em 22.000 hectares de eucalipto**, dos quais 9.000 já foram plantados. A empresa também está construindo estradas de acesso e linhas de transmissão.

Em uma apresentação, (2) a empresa mostra os **planos de longo prazo do projeto: fornecer combustível para a geração de 600 megawatts. Isso implicaria estabelecer 180.000 hectares de plantações de eucalipto.** De acordo com essa apresentação, a usina de 60 megawatts atualmente em construção é apenas a primeira fase do projeto.

A APSD é financiada pela iniciativa do **Banco Africano de Desenvolvimento** conhecida como **Africa Renewable Energy Fund (AREF)**, administrada pelo **Berkeley Energy**, um fundo de ações pan-africano relacionado a infraestrutura de energia renovável. (3) Esse Fundo possui outros investidores, incluindo a **CDC**, a instituição financeira de desenvolvimento do governo do Reino Unido, e a **BIO**, empresa de investimentos do governo belga para países em desenvolvimento. (4) Além disso, o projeto também é financiado por **Erling Lorentzen, fundador da empresa brasileira de celulose e papel**

Aracruz Celulose, cujas plantações atualmente fazem parte da gigante de celulose e papel Suzano. A apresentação da APSD mencionada anteriormente diz: “Depois de testemunhar os benefícios das grandes plantações gerenciadas de forma sustentável no Brasil em termos de emprego e desenvolvimento, o Sr. Lorentzen deseja transferir os benefícios de seu conhecimento à África”. (5) A Aracruz e a Suzano, no entanto, têm históricos desastrosos de destruição ambiental e violações dos direitos das comunidades no Brasil. (6)

A APSD é membro da plataforma New Generation Plantation, criada pela ONG conservacionista WWF para fazer lavagem verde nas imagens das empresas de madeira e celulose e facilitar sua expansão. (7)

As histórias que vêm das comunidades

Nos sites da empresa e de seus financiadores, o projeto diz ter boas relações e nenhum conflito com as comunidades. Em dezembro de 2019, membros da organização ganesa Jovens Voluntários para o Meio Ambiente (YVE por sua sigla em inglês) foram às áreas de plantação para falar com três das comunidades diretamente afetadas. Essas são as histórias deles.

As comunidades afetadas pelas plantações já instaladas são: Laylay, Bantama, Byebye, Nframamu e Galadium. Cada comunidade possui 140 domicílios. É importante destacar que os membros **das comunidades com quem conversamos, incluindo os líderes de opinião, nunca viram o contrato nem qualquer documento oficial. Eles só foram informados de que o arrendamento da terra é válido por 50 anos.**

Todos os agricultores que falaram conosco se queixaram de não ter acesso a terras suficientes como costumavam ter. A maioria deles testemunha seus filhos e filhas migrarem para a cidade, com todas as consequências associadas a isso. Em poucas palavras, a realidade é que as comunidades estão com raiva porque **o projeto se tornou uma ameaça para suas vidas e seus meios de subsistência.**

Essas comunidades são especializadas no cultivo do tubérculo inhame (nas diferentes variedades), banana-da-terra, mandioca, pimenta (nas diferentes variedades) e arroz (nas diferentes variedades). No entanto, duas das comunidades visitadas reclamaram que agora só podem produzir uma variedade da maioria das culturas, o que também afeta diretamente sua renda relacionada às vendas no mercado local.

A APSD também construiu uma estrada atravessando uma pequena barragem que proporcionava água potável aos membros da comunidade enquanto eles estavam em suas fazendas, durante o dia. Alguns também usam essa água para uso doméstico. Membros da comunidade Bantama nos disseram que, em várias ocasiões, enquanto buscavam água da barragem, o gerente da empresa (“o homem branco”, como eles o chamam) foi visto urinando na água para impedir que as pessoas a coletassem.

Alguns membros das três comunidades que visitamos foram instruídos a não se aproximar da área de concessão da APSD, o que significa que eles não podem atravessá-la para chegar às suas diversas áreas de cultivo, localizadas atrás das plantações da empresa.

Além disso, eles parecem não estar muito cientes dos perigos dos agrotóxicos e testemunharam que algum tipo de pulverização estava sendo feito pela APSD. Isso afetou gravemente as plantações de pimenta, que não estão longe do eucalipto. Eles também se queixaram muito de como os trabalhadores empregados na pulverização recebiam apenas protetores bucais.

Embora a maioria dos membros da comunidade tenha sido empregada, os trabalhos são apenas temporários, e os trabalhadores recebem entre um e dois dólares por dia. No final de cada mês, as pessoas reclamam que quase sempre há descontos que elas não entendem.

As mulheres estão se sentindo muito inseguras, e suas tarefas diárias aumentaram. Não é mais possível obter água de algumas das fontes que elas costumavam usar, pois é proibido atravessar as plantações da empresa.

Apenas algumas famílias têm poços em casa, mas a maioria precisa contratar um jovem com moto para obter água de longe, o que, obviamente, gera aumento dos custos diários e restrições econômicas.

Os membros das comunidades também não podem mais fazer fogo para preparar comida em suas terras, porque a APSD teme que isso possa gerar incêndios em suas plantações e destruir seu negócio. Nós conhecemos mulheres que estavam vindo da colheita do inhame, por isso pedimos para ver seu inhame assado, como é feito tradicionalmente em sua cultura, mas elas responderam, com raiva: “É por isso que estamos voltando para casa tão cedo, porque nos disseram oficialmente para nunca fazer fogo em nossas plantações para cozinhar, nem para qualquer outra coisa”.

Nesse contexto, uma mulher da comunidade Laylay, que é vendedora de alimentos, **tinha uma audiência marcada na justiça porque a APSD afirma que ela foi vista usando um galho de eucalipto seco como lenha, e isso seria proibido.**

Os chefes das comunidades que inicialmente apoiaram o projeto, bem como os líderes de opinião, o homem do distrito na assembleia (pessoa eleita por distrito que trabalha com os parlamentares) e os membros da comunidade estão **seriamente dispostos a fazer o possível para recuperar suas terras.**

Wisdom Koffi Adjawlo,

Diretor Executivo dos Jovens Voluntários para o Meio Ambiente (YVE, por sua sigla em inglês), Gana

(1) Biofuel Watch, Biofuel Basics, <https://www.biofuelwatch.org.uk/2018/biomass-basics-2/>

(2) APSD, Forests for the Future, New Forests for Africa, March 2016,

<http://newforestsforafrica.org/wp-content/uploads/2016/03/Session-D-APSD.pdf>

(3) Berkeley energy, Africa Renewable Energy Fund, <https://www.berkeley-energy.com/africa-renewable-energy-fund/>

(4) CDC, Africa Renewable Energy Fund <https://www.cdcgroup.com/en/our-investments/fund/africa-renewable-energy-fund/> ; BIO, Africa Renewable Energy Fund,

<https://www.bio-invest.be/en/investments/africa-renewable-energy-fund>

(5) Idem 2

(6) WRM, Suzano <https://wrm.org.uy/pt/?s=suzano> ; WRM, Aracruz <https://wrm.org.uy/pt/?s=aracruz>

(7) New Generation Plantation Platform, Participants, <https://newgenerationplantations.org/en/participants/>

Dirigir um automóvel sendo “neutro em carbono”: o projeto de restauração e conservação da Shell na Indonésia



Foto: Daphné Dupont-Nivet

De acordo com empresas como a multinacional do petróleo Shell e a companhia aérea KLM, é perfeitamente possível andar de carro ou avião sendo “neutro em carbono”, basta compensar as emissões plantando árvores ou investindo em áreas florestais já existentes em outros lugares. Mas o que geralmente não se diz é que essas árvores devem permanecer em pé para que haja qualquer compensação, pelo menos durante sua vida útil. E nem sempre é assim que acontece.

Desde abril de 2019, a Shell oferece a seus clientes a opção de dirigir automóveis e continuar “neutro em carbono”. Qualquer um que optar por pagar um centavo a mais por litro de gasolina, diesel ou o combustível V-power, um pouco mais caro, estará pagando para compensar suas emissões de carbono. A Shell usa esse dinheiro a mais para plantar árvores e investir em áreas de floresta existentes. Segundo o site da empresa, emissões de mais de 20.000 corridas de automóveis já foram compensadas dessa maneira. Isso equivaleria a cerca de 55 milhões de litros de gasolina. Para compensar isso, segundo Shell, 376.000 árvores precisam ser plantadas ou protegidas, e devem permanecer em pé para sempre.

Como a Shell faz isso?

Entre outras coisas, a empresa compra créditos de carbono (CO₂) do Projeto de Restauração e Conservação de Turfeiras de Katingan (também conhecido como projeto Katingan Mentaya), em Kalimantan Central, uma província localizada na parte indonésia da ilha de Bornéu. Embora o maior esquema de compensação relacionado a florestas dos últimos 15 anos seja chamado de [REDD+](#), na Indonésia, eles usam expressões como Projetos de Restauração de Ecossistemas ou Projetos de Restauração e Conservação, mas operam segundo a mesma lógica e a mesma finalidade do REDD+: permitir a extração e a queima de combustíveis fósseis.

O Katingan Mentaya é o maior projeto de compensação florestal do mundo, de acordo com seu próprio site. Foi criado em 2007 pela empresa indonésia PT Rimba Makmur Utama, numa parceria com a firma de investimentos britânica dedicada ao desenvolvimento de projetos, Permian Global, e duas ONGs: Puter Indonesia Foundation e Wetlands

International. O diretor da empresa é um ex-banqueiro indonésio do JP Morgan em Nova York, Dharsono Hartono, que, depois de descobrir que conservação e lucro combinam, decidiu voltar ao seu país de origem. O Ministério das Florestas concedeu em torno de 100.000 hectares para o projeto da Restauração de Ecossistemas em outubro de 2013, cerca de metade da área solicitada pela empresa. Três anos depois, o Departamento de Meio Ambiente e Florestas aprovou uma segunda concessão de quase 50.000 hectares.

A reserva cobre uma área total de 157.722 hectares de florestas tropicais e turfeiras. O projeto argumenta que, sem ele, a área seria convertida em plantações industriais de acácia para a produção de papel. Os créditos de carbono são vendidos desde 2017, a um preço entre cinco e dez dólares por tonelada; sendo assim, a reserva pode render até 75 milhões de dólares por ano ao “evitar” que o CO₂ seja liberado no ar.

“Evitar”, no entanto, não significa diminuir a quantidade total de CO₂ na atmosfera. Os créditos de carbono são vendidos como uma licença para emitir uma quantidade semelhante de gases de efeito estufa em outras partes do mundo. Não há ganho climático, mas, no papel, também não há perda, dando origem à expressão “neutro em carbono”.

Segundo a teoria, ao se garantir que a mesma quantidade de CO₂ emitida durante um deslocamento de automóvel seja removida do ar em outro lugar, compensa-se a poluição. Mas isso só tem sentido se for possível provar que as árvores que estão removendo o CO₂ nunca teriam sido plantadas sem o projeto de compensação. Caso contrário, a compensação não é “adicional”. Mas se a compensação se basear na proteção de florestas e turfeiras já existentes, como na reserva Katingan Mentaya, a história fica ainda mais complicada. Como os responsáveis pelo projeto têm certeza de que a floresta que estão protegendo seria cortada?

A resposta é: não têm. Eles se baseiam em perfis de risco e modelos futuros, e estimam as probabilidades futuras de desmatamento observando áreas semelhantes. Isso se chama linha de base. A partir dela, calculam a quantidade de CO₂ “armazenada” na área do projeto, que depois é convertida em créditos de carbono comercializáveis. Cada crédito representa uma tonelada de “emissões de CO₂ evitadas”, mas, é claro, quanto mais desmatamento eles preveem em suas linhas de base, mais podem alegar ganho de CO₂, e mais créditos podem vender.

Há cinco anos, a agência de pesquisa francesa Chaire Economie du Climat concluiu que 26% dos 410 projetos de REDD+ analisados coincidiam com áreas protegidas ou parques nacionais já existentes. O REDD+ servia apenas como uma marca para atrair novos financiamentos.

Além disso, outra grande crítica ao REDD+ é que as florestas protegidas são vulneráveis e podem desaparecer devido a incêndios, extração de madeira ou doenças. Os projetos de compensação devem garantir que essas florestas permaneçam em pé dezenas de anos.

Apesar disso, as indústrias de petróleo e aviação estão adotando projetos de REDD+, principalmente no chamado “mercado voluntário”. Esse mercado auxilia não apenas os consumidores que desejam compensar seu consumo de combustível, o voo de sua viagem de férias ou suas compras na internet, mas também, cada vez mais, grandes empresas que desejam compensar sua poluição em grande escala.

Além da Shell, a montadora de automóveis Volkswagen e o banco BNP Paribas também compram créditos de carbono da mesma reserva em Kalimantan. Atualmente, existem centenas desses projetos em todo o mundo, do Camboja ao Peru e do Zimbábue à Guatemala.

Carbono se transformando em fumaça

O ano de 2019 foi extremo em termos de incêndios florestais na Indonésia, intimamente ligados à expansão das plantações de dendezeiros. Os incêndios devastadores que ocorreram entre julho e outubro transformaram grandes partes de Sumatra e Kalimantan em áreas cobertas de fumaça venenosa. Escolas e hospitais fecharam, a população local usava máscaras, dezenas de milhares de pessoas foram evacuadas, e dez morreram.

Os incêndios também atingiram a reserva Katingan Mentaya, que faz fronteira com uma plantação industrial de dendezeiros da empresa PT Persada Era Agro Kencana. O fogo se espalha facilmente devido ao solo seco e, portanto, frágil das plantações. Essa concessão para plantações de dendezeiros foi feita em 2013, apesar de uma moratória sobre o desmatamento acordada entre Indonésia e Noruega em 2011. A indústria de óleo de dendê é uma das principais causas de desmatamento tropical, gerando muitas emissões de carbono e drenando os solos de turfa. Essa é uma das razões pelas quais a Indonésia é o quarto maior emissor de gases de efeito estufa. Estima-se que 2.000 hectares da reserva de Katingan tenham virado fumaça.

Em novembro de 2019, dois jornalistas indonésios – Gabriel Wahyu Titiyoga e Aqwam Fiazmi Hanifan – foram à reserva e constataram que “a área queimada é imensa”. Titiyoga disse: “Eu andei cerca de três quilômetros e ainda não consigo ver o fim da cicatriz do incêndio”. Os jornalistas também encontraram dezenas de pequenas propriedades agrícolas dentro da área do projeto, as quais, no papel, não deveriam estar lá. Uma placa de madeira diz: “Esta área é controlada pelos dayak”. Os dayak nesta comunidade dizem que nunca foram devidamente informados sobre os limites da reserva. Os terrenos individuais são marcados com placas de madeira com os nomes dos moradores. Para cultivar legumes e arroz, os indígenas também usam fogo, mas de uma forma muito diferente: eles o usam de maneira controlada. Contudo, o conflito sobre o uso da terra e da floresta na área do projeto remonta há muitos anos.

Em 2014, o governador de Kalimantan Central prometeu cinco hectares de terras agrícolas a cada família dayak, mas os moradores ainda tinham que resolver onde essa terra seria localizada. Durante as eleições provinciais de 2017, um político local fez a mesma promessa. Os dayak usam os documentos com essas informações para reivindicar a terra prometida, mas seus direitos não são reconhecidos legalmente.

Existem cerca de 40.000 pessoas vivendo em 34 aldeias ao redor da área, e quinhentos moradores foram treinados como bombeiros no âmbito do projeto. Para “evitar conflitos”, ofereciam-se às comunidades 100 milhões de rupias (cerca de 10.000 dólares) por ano para projetos de capacitação e educação, com o objetivo de fazer com que os moradores trabalhassem na terra sem usar fogo ou produtos químicos. Quatro aldeias recusaram, dizendo que o dinheiro não era suficiente.

Mas como os proprietários de veículos do Norte global ainda conseguem dirigir sendo “neutros em carbono” quando parte da reserva de compensação foi queimada? Segundo a

empresa certificadora norte-americana Verra, que emite o selo de projetos REDD+ chamado em inglês Verified Carbon Standard (VCS) e supervisiona o comércio de carbono desse projeto, mesmo que toda a reserva florestal fosse queimada, os clientes da Shell ainda poderiam dirigir seus carros e continuar “neutros em relação ao clima”. Cada reserva de compensação retém uma porcentagem de créditos como “reserva de emergência” para o que for perdido em outros lugares. “É como um seguro contra riscos”, diz Naomi Swickard, chefe de desenvolvimento de mercado da Verra. Isso significa que a quantidade de CO₂ perdida no projeto de compensação na Indonésia, por sua vez, seria compensada por meio de um sistema de seguro usando créditos de florestas em outras partes do mundo.

Em consequência, a reserva Katingan Mentaya, que retém o carbono que os carros estão emitindo no Norte global, enfrenta ameaças de incêndios florestais, grandes plantações de dendezeiros, órgãos governamentais que emitem mais de uma licença para a mesma área, e comunidades que não aceitaram viver dentro ou ao redor de uma floresta usada para compensação de CO₂. No entanto, os créditos estão sendo vendidos, e empresas altamente poluidoras estão garantindo aos consumidores que suas emissões são compensadas. As árvores só precisam permanecer de pé para sempre, de alguma forma.

Os projetos de compensação florestal responsabilizam os povos das florestas e a pequena agricultura como os grandes responsáveis pelo desmatamento, sem abordar suas causas políticas e econômicas nem alterar a pressão permanente sobre florestas e terras.

O governo indonésio pretende reduzir suas emissões de CO₂ em 29% até 2030, com base em suas próprias iniciativas, e afirma que poderia chegar a 41% com ajuda internacional. Prevê-se que os incêndios de 2019 reduzam essa meta para cerca de 20%. “Ainda temos muito trabalho até 2030. O presidente ordenou que não haja incêndios florestais no próximo ano [2020]”, disse Ruandha Agung Sugardiman, diretor para o Controle de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente. E, no caso de o governo precisar de mais reservas de carbono para atingir suas metas nacionais de redução, os estoques das empresas no mercado de carbono podem ser retirados ou contidos para impedir que sejam vendidos. Essa condição, segundo Ruandha, faz parte dos contratos das empresas.

Desde 2007, o ano em que o REDD+ começou, a concentração de CO₂ na atmosfera só aumentou. Governos e empresas apresentam seus projetos do tipo REDD+ como um primeiro passo em suas “ações” para mitigação climática, e o mundo aplaude. Mas, na prática, as indústrias estão conseguindo uma licença para continuar extraindo petróleo, expandindo plantações ou desmatando, e os consumidores continuam dirigindo e voando sem preocupação. Os projetos de compensação (florestal) não são uma solução para as mudanças climáticas, pois as emissões precisam ser drasticamente reduzidas na fonte, e não compensadas.

Este artigo é um resumo das seguintes matérias jornalísticas:

Daphné Dupont-Nivet (disponível apenas em holandês):

- *De Groene Amsterdammer*, [Het klimaatbos gaat in rok op](#), dezembro de 2019

- *Trouw*, [Het CO2-compensatiebos van Shell: brandstichting en ruzie met de lokale bevolking](#), dezembro de 2019

- *Investico*, [Branden en boeren bedreigen Shell-Klimaatbos in Indonesië](#), dezembro de 2019

Artigo de Gabriel Wahyu Titiyoga, [The Carbon Center's Staggered Walk](#), publicado na Revista Tempo (em inglês)

Artigo do REDD-Monitor, [Indonesia's Katingan REDD Project sells carbon credits to Shell. But that doesn't mean that the forest is protected. It is threatened by land conflicts, fires and palm oil plantations](#), dezembro de 2019 (em inglês)

Reportagem em vídeo da mídia indonésia, Narasi Newsroom (em Bahasa): <https://www.youtube.com/watch?v=tJ2Utsg6Uqg&feature=youtu.be>

Gabão: comunidades enfrentando promessas de “desmatamento zero” da OLAM



Posto de controle de Olam. Foto: Muyissi Environnement y WRM

O “desmatamento zero” é mais uma ideia na lista de iniciativas voluntárias criadas nos últimos 10 a 15 anos, supostamente para enfrentar os impactos negativos que o cultivo industrial de commodities agrícolas tem sobre as florestas. O nome certamente dá a impressão de que as empresas comprometidas com práticas de “desmatamento zero” parariam de derrubar e/ou degradar as florestas. No caso de países com muita floresta, a pergunta é: que brechas foram criadas em torno deste compromisso de “desmatamento zero” para possibilitar que as empresas continuem se expandindo nesses países? Como as empresas de plantações de dendezeiros, madeiras ou soja continuam se expandindo sem desmatar?

Em setembro de 2019, a organização gabonesa Muyissi Environnement e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais [escreveram um artigo para o boletim do WRM denunciando algumas das táticas usadas pela empresa de agronegócio OLAM](#) para poder continuar com seus negócios ao mesmo tempo em que afirmava adotar práticas de “desmatamento zero”. As florestas são 89% do território do Gabão, e a OLAM é hoje a maior empresa de plantações industriais de dendezeiros e seringueiras do país. Ela se comprometeu com o “desmatamento zero” em 2017 e é considerada pelo governo do Gabão como uma parceira essencial no meio empresarial. A empresa reafirmou seu compromisso quando declarou, em outubro de 2019, que teria todas as suas plantações certificadas pela Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO) em 2021. A RSPO reforçou seus critérios sobre desmatamento em novembro de 2018, adotando também uma política de “desmatamento zero”.

Apesar de um volume impressionante de documentos, políticas, critérios, planos e recomendações sobre “desmatamento zero”, o que falta em todos eles é informação sobre as experiências de comunidades que vivem dentro ou em áreas adjacentes às zonas de plantio de empresas com compromissos de “desmatamento zero”. Em resposta a isso, em abril e maio de 2019, a Muyissi Environnement e o WRM fizeram uma visita de campo a 18

aldeias situadas dentro e próximo a quatro áreas de concessão usadas pela OLAM na província de Ngounié, no Gabão. [Um relatório foi publicado recentemente com os resultados e análises.](#)

Práticas corporativas com “desmatamento zero” em áreas com muita floresta?

Foram identificadas três táticas principais que formam parte da estratégia de “desmatamento zero” da OLAM e que, em conjunto, criam as condições para OLAM expandir-se em Gabão:

- Concretamente, a empresa está adotando práticas de **“desmatamento líquido zero”**. A palavra “líquido” é fundamental para entender essa brecha. Ela significa que a área total de floresta em uma determinada região geográfica permanece inalterada. Isso pode ser obtido não destruindo mais florestas, mas também plantando árvores para compensar por qualquer desmatamento que ocorra. Dessa forma, uma empresa pode continuar desmatando desde que “restaure” outras áreas “comparáveis” plantando árvores. A ideia de “líquido zero” está no centro de um mecanismo chamado **“compensação de biodiversidade”**. No entanto, esse não considera cada local como algo singular, com sua própria diversidade, enraizado em um tempo e um espaço específicos, além de coexistir com as comunidades locais e sustentar seus meios de subsistência. Portanto, as florestas não podem ser comparadas nem substituídas por outras áreas com florestas.
- A OLAM enfatiza que “desmatamento zero” trata-se da **conservação e a criação de Florestas de Alto Valor de Conservação (HCV), incluindo florestas com Alto Valor de Carbono**. A criação de mais áreas desse tipo ignora a importância dessas florestas para as comunidades locais, que enfrentam restrições severas em relação a seu uso da terra e uma vigilância constante. Um impacto importante e mencionado com frequência nas visitas de campo é o número cada vez maior de restrições e obstáculos impostos às pessoas, dificultando o acesso a seu próprio território. Segundo os moradores, isso começou por volta de 2015, quando a OLAM criou as áreas florestais de alto valor de conservação dentro dos territórios das comunidades – 50% das áreas de concessão da empresa. E piorou, dizem eles, a partir de 2017, quando a OLAM adotou sua política de “desmatamento zero”. De acordo com mulheres da aldeia de Mboukou, os guardas que supervisionavam a concessão disseram: “Essa floresta não pertence mais a vocês; ela pertence ao Estado e nós [OLAM] somos o Estado!”

As comunidades visitadas não relataram nenhuma destruição significativa de áreas florestais pela OLAM desde que a empresa se comprometeu com o “desmatamento zero” em 2017, mas explicaram que a OLAM continuou a expandir sua destruição de áreas de savana no lote 3 e no lote Sotrader, e que isso também está pondo em risco a sua subsistência. As regras atuais da RSPO permitem a destruição de tipos de vegetação definidos como “matagal” e “terra limpa/aberta” – o que inclui as savanas do Gabão – para plantações industriais de dendezeiros, pois elas não são consideradas valiosas o suficiente para serem protegidas. Por sua vez, o pesquisador Boussou Bouassa G. revelou a importância das savanas e enfatizou que o solo é um reservatório essencial de água durante a estação seca, e que a conservação da umidade permite a rebrota rápida das pastagens, o que é crucial para alguns animais, como o búfalo. Além disso, as mulheres costumam usar as savanas para encontrar e produzir alimentos.

- Em 2018, o governo do Gabão (sócio da OLAM nos negócios) propôs **modificar a definição de floresta do país**, o que estabeleceria um precedente perigoso. Embora a formulação atual, orientada segundo a [definição de floresta da FAO](#), considere apenas a cobertura das árvores, a definição proposta definiria um parâmetro para a quantidade mínima de carbono que uma área florestal deve conter. Isso simplesmente excluiria florestas secundárias e as florestas que estão em estado de regeneração. Assim, a OLAM poderia converter essas áreas em plantações, alegar que está garantindo “desmatamento zero” e portanto manter sua certificação RSPO. Permitiria, inclusive, que a empresa possa manter seus planos para obter a certificação RSPO de todas as suas plantações.

Em uma nota à imprensa de 2019, a OLAM afirmou: “As nossas plantações estão localizadas apenas em terras identificadas e mapeadas como pastagens, rebrota secundária ou áreas de exploração madeireira degradadas”. Mas as comunidades que moram onde a OLAM atua na província de Ngounié afirmam que ela contratou outra empresa para cortar a madeira com valor comercial dentro das concessões, transformando-as em “áreas de exploração madeireira degradadas”. As receitas geradas foram compartilhadas entre a empresa madeireira, o governo e as comunidades – no caso destas, na forma de projetos comunitários. Após o corte da madeira, a OLAM preparou a terra para plantar dendzeiros.

Vozes das comunidades: vigilância, poluição e destruição de bacias hidrográficas e meios de subsistência

Quando o OLAM Palm Gabão chegou à província de Ngounié, em 2012, foram realizadas consultas locais, mas a empresa conseguiu exercer uma forte influência sobre o processo, sabendo que a decisão de implementar o projeto já havia sido tomada pelo governo do país – seu sócio nos negócios.

Durante as consultas, as comunidades podiam fazer uma lista de queixas, o que resultou em “contratos sociais” assinados pelos chefes comunitários em um determinado lote ou área de concessão e pela OLAM Palm Gabão. Na prática, esses são os projetos que a empresa prometeu realizar em troca dos territórios, florestas e savanas das comunidades.

Alguns desses projetos foram realizados; outros ainda estão pendentes ou não estão em funcionamento. Alguns exemplos: o posto de saúde instalado na comunidade de Rembo não opera porque não há funcionários nem medicamentos disponíveis; a maioria dos painéis solares instalados está com defeito; a água das duas bombas instaladas na aldeia de Moutambe Sane Fomou não é potável; e a lista continua.

A OLAM não respeitou nem mesmo os locais identificados como importantes para a subsistência das comunidades ou seu status sagrado, mesmo que a empresa tenha prometido respeitá-los nos “contratos sociais”. Os moradores de Rembo, Doubou e Guidoma também relatam que não se cumpriu a promessa de estabelecer distâncias (zonas de amortecimento) entre as plantações da OLAM e os locais importantes para a sobrevivência física e cultural das comunidades.

Representantes de autoridades estaduais e municipais revelaram que as plantações de dendzeiros estão sendo impostas pelo governo e pela OLAM, e que há pouco ou nada que

eles possam fazer com relação aos problemas que as comunidades enfrentam. Chama a atenção que eles também não tenham informações sobre o projeto da OLAM, nem mesmo uma avaliação de impacto.

Estranhos em seus próprios territórios

Há vários anos, a OLAM vem exigindo que as pessoas portem uma carteirinha emitida pela empresa para ter acesso às áreas de concessão. Vários moradores reclamam que ainda não possuem essa carteirinha e, portanto, não podem entrar em seu próprio território, e os que a receberam dizem que não podem mais realizar suas atividades em seu território durante o horário de funcionamento da empresa (08: 00-16: 00), incluindo pescar nos poucos lagos que restam.

Os moradores do Kanana e Ferra também são forçados a usar a única estrada disponível – a que atravessa as plantações da OLAM, na qual há um posto de controle da empresa, pelo qual só pode passar quem tiver permissão. Os guardas também vasculham as malas das pessoas. Embora o código florestal do Gabão permita que as pessoas exerçam seus direitos consuetudinários, inclusive o direito de caçar, um morador comenta que: “Se um guarda de segurança da OLAM nos encontrar carregando algo que caçamos ou ferramentas usadas para pescar, ele confisca a carne ou nos expulsa dos lugares que tradicionalmente usamos para pescar”.

O OLAM também tem um impacto prejudicial nas bacias hidrográficas da região, que incluem os rios e lagos. Segundo um morador da aldeia de Nanga, a maioria de seus lagos está “fechada” para eles. As mulheres também reclamam da poluição da água causada pelo escoamento dos agrotóxicos, bem como dos trabalhadores das plantações que defecam nos pequenos lagos onde as mulheres pescam tradicionalmente. Os moradores dizem que, depois de terminar de aplicar os produtos químicos, os funcionários da OLAM esvaziam o que resta nos lagos.

Uma mulher da aldeia de Boungouga disse: “A água não é mais de boa qualidade, o corpo coça e não comemos mais [o peixe]; nós preparamos o peixe cozido e quando pescamos, o peixe [capturado] não tem mais sabor ou não tem sabor agradável, e isso acontece desde que começaram as atividades da OLAM nas nossas terras”.

Em consequência, as mulheres precisam caminhar longas distâncias para encontrar água potável. Para piorar as coisas, a empresa está planejando irrigar suas plantações, devido aos períodos de seca cada vez mais longos que afetam a região. Na aldeia de Bemboudie, as mulheres reclamam que a OLAM quer instalar reservatórios para irrigar suas plantações ao longo do rio Ovigui, que atravessa uma dúzia de aldeias.

Acima de tudo, nas aldeias mais impactadas pelas plantações da OLAM, a única maneira de cultivar alimentos é em pequenos pedaços de terra localizados ao redor das casas. O solo costuma ser muito menos fértil do que nos campos que eles usavam antes que a OLAM chegou. Uma mulher da aldeia de Mboukou, uma das comunidades mais afetadas, disse: “Toda a floresta foi destruída; eles construíram seus dormitórios dentro de nossa floresta e destruíram as nossas terras”. As mulheres em Kanana e Sanga reclamam que, se e quando as colheitas amadurecem, os produtos colhidos apodrecem mais rapidamente, e elas atribuem isso à poluição do solo.

Mulheres. Quando tudo mudou...

Antes da chegada da OLAM, as mulheres podiam encontrar alimentos e plantas na floresta para cuidar da saúde de suas famílias. A venda de produtos de suas pequenas plantações, juntamente com aquilo que caçaram e coletaram nas florestas e savanas, possibilitou que as pessoas mantivessem seus filhos na escola. Também foram ensinadas atividades tradicionais às crianças. A floresta e as savanas permitiram que os moradores reproduzissem o modo de vida em que baseavam sua cultura. O solo era fértil. As mulheres observam que não precisavam de geladeira porque a comida era fresca e diversificada.

Depois que o OLAM chegou, tudo mudou. Agora, quase toda a comida é comprada. A qualidade e diversidade dos alimentos foram drasticamente reduzidas a basicamente frango, arroz e enlatados, e os preços estão aumentando, o que torna as coisas ainda mais difíceis. O dinheiro vem dos empregados da OLAM, cujos salários, segundo as mulheres, são miseráveis.

Os compromissos com “desmatamento zero” facilitaram o avanço das plantações industriais sobre as savanas, impondo mais restrições de acesso aos moradores das aldeias, o que, por sua vez, inviabiliza as atividades tradicionais. As plantações industriais da OLAM em savanas prejudicam ainda mais a capacidade das famílias de se sustentar e manter seu modo de vida.

Grandes ONGs de conservação, bancos e consumidores precisam acordar para as brechas que empresas e seus aliados estão criando para continuar expandindo seus negócios e seus lucros. Políticas como “desmatamento zero” são frequentemente defendidas com argumentos como a proteção de tigres, elefantes, gorilas e outros animais, mas, na prática, essas políticas apenas tornam as comunidades mais vulneráveis. A agricultura camponesa é responsabilizada pelo desmatamento e, portanto, argumenta-se que essas áreas de floresta precisam de proteção. Isso desvia a atenção do fato de que são primeiramente as empresas que estão causando a grande destruição das florestas.

É urgente que as comunidades recuperem o controle sobre seus territórios – crucial para garantir a sobrevivência, tanto delas, bem como das florestas, hoje e futuramente.

Este é um resumo da publicação realizada por Muyissi Environnement e WRM: “*Communities facing Zero Deforestation pledges: the case of OLAM in Gabon*”, disponível em inglês e francês aqui. <https://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/communities-facing-zero-deforestation-pledges-the-case-of-olam-in-gabon/>

A Smurfit Kappa na Colômbia: Crônica de uma morte anunciada



Foto: Diariolibre.com

Parte deste título é extraída de uma obra literária do escritor colombiano Gabriel García Márquez. Ele é conhecido como um dos expoentes do *realismo mágico*, corrente literária caracterizada pela narração de *fatos insólitos, fantásticos e irracionais* em um *contexto realista*, na qual o sobrenatural faz parte de uma realidade *comum e corriqueira*. Este artigo não pretende fazer parte de nenhuma tendência literária, mas simplesmente ser uma narração de *fatos insólitos*, com contos *fantásticos* e, acima de tudo, *irracionais*, em um *contexto realista*. As consequências são típicas de um *realismo trágico*, devido aos resultados que serão expostos e que ocorreram em um lugar da Colômbia cuja *realidade comum e corriqueira* foi transformada pela multinacional Smurfit Kappa Cartón de Colombia (SKCC), talvez com a complacência ou a cumplicidade daqueles que deveriam evitá-la.

Restrepo, no Vale do Cauca, na Colômbia, América do Sul, é um pequeno município fundado em 1913 e com uma população próxima a 17.000 habitantes, dividida igualmente entre o rural e o urbano. Possui cinco instituições educacionais públicas, uma delas com ênfase na educação agrícola.

Tradicionalmente, **Restrepo era uma das mais importantes áreas produtoras de café do país**. O cultivo emprega vários trabalhadores por hectare nas etapas de semeadura em manutenção, além de duas colheitas: a principal e a secundária. Os proprietários dessas terras eram principalmente locais, e faziam semeaduras adicionais de sombra, com banana-da-terra e outras árvores frutíferas e, com o café recém-semeado, aproveitava-se a terra para plantar legumes. Havia água em quantidade e qualidade suficientes para todas as necessidades e, principalmente, uma flora e uma fauna muito ricas. Em outras épocas, a tradicional feira de agricultores, que ainda é realizada nos fins de semana, *era* exuberante em quantidade e variedade de produtos, tinha muita oferta e muitos compradores, o que fazia supor uma dieta caseira rica e nutritiva. Tudo isso fortalecia uma economia local saudável, onde circulavam boas quantidades de dinheiro.

Os fatos insólitos

A empresa foi fundada na Irlanda, em 1934 para fabricar caixas de papelão e embalagens para o mercado daquele país, sendo adquirida por Jefferson Smurfit em 1938, quando

passou a levar seu nome. Em 2005, após várias fusões, transformou-se no Grupo Smurfit Kappa, presente em vários países da América Latina e da Europa, e hoje é **uma das maiores produtoras de embalagens à base de papel do mundo**.

Em 1957, foi criada a empresa Celulosa y Papel de Colombia S.A. (Pulpapel), formada por Instituto de Fomento Industrial (IFI), Cartón de Colombia e Container Corporation of America (CCA, que havia sido adquirida por Jefferson Smurfit em 1986). Em 1994, ambas as empresas foram adquiridas pela Cartón de Colombia, criando-se a Smurfit Cartón de Colombia, que passa a se chamar Smurfit Kappa Cartón de Colombia (SKCC) em 2005.

Os fatos irracionais:

Em 1959, surge a Lei sobre Economia Florestal da Nação e Conservação de Recursos Naturais Renováveis. Em 18 artigos, essa lei facilita **“o desenvolvimento da economia florestal”**, declarando como “zonas de Reserva Florestal [os] terrenos vazios localizados em bacias hidrográficas que sirvam ou possam suprir água para consumo interno, produção de energia elétrica e irrigação”. Além disso, a mesma lei estipula que “o governo regulamentará a exploração silvícola em florestas públicas e privadas, bem como as patentes a serrarias e a outorga de concessões”. (1)

Com essa nova disposição, realizou-se o zoneamento no país, onde se estabeleceram as áreas destinadas ao aproveitamento florestal. É assim que o município de Restrepo é incluído nas zonas destinadas a esse tipo de uso da terra, **iniciando um processo de mudança na vocação de uso, de agrícola para florestal**. Um fato importante a ser destacado é que o Congresso, ao estabelecer a vocação para o uso florestal de “proteção”, divulga leis e decretos que **“declaram que as plantações industriais” de coníferas conservam solo, água, flora e fauna**, além dos incentivos de capital por “reflorestar”, como o conhecido **bônus de carbono** atual. (2)

Em 1978, a empresa Plupapel, que hoje se chama (SKCC), iniciou a compra de terras no departamento de Cauca, com o objetivo de introduzir e expandir o cultivo de pinus naquele território. Algumas dessas propriedades estavam em processo de reivindicação pelas comunidades indígenas *paeces*, que as consideram como território ancestral. Esses processos estavam em andamento desde a década de 1960. **Os indígenas ocuparam essas propriedades para expulsar a multinacional de seu território e impedir a expansão dessa monocultura**, já que, em pouco tempo, a empresa estabeleceu eucaliptos em uma extensão aproximada de 1.000 hectares. Essas comunidades testemunharam a **destruição de florestas nativas** para ser substituídas por plantações voltadas à extração de madeira (eucalipto e pinus).

Como consequência imediata, **os indígenas foram despejados pelo Exército**, provocando atos violentos, abertura de processos penais, prisão de alguns de seus líderes, bem como assassinatos. Apesar desses fatos, **as comunidades mantiveram, vários anos depois, o objetivo de recuperar seus territórios**. (3)

Apesar da “aparência positiva” na leitura da Lei 2ª de 1959, observa-se que novas leis e decretos regulamentares continuaram favorecendo o plantio industrial da monocultura de coníferas. No município de Restrepo, no entanto, não há um único agricultor ou pessoa jurídica, com exceção da multinacional SKCC, que se dedique a essa atividade silvícola ou dela tire proveito, e a situação se repete em todo o país.

Os fatos fantásticos

Quase simultaneamente às plantações industriais de Cauca, iniciam-se plantações de coníferas no município de Restrepo, que são apresentadas como um incentivo à oferta de mão de obra da região, com as supostas vantagens de se vincular a uma multinacional. Os agricultores viram a Cartón de Colombia como uma oportunidade para melhorar o desenvolvimento econômico do município e, como consequência, de sua qualidade de vida.

Em 1983, vários cidadãos de Restrepo intervieram de uma sessão do conselho municipal, apresentando as primeiras reclamações sobre a mudança na flora e na fauna e a deterioração das terras – **o primeiro ato em uma longa cadeia de reclamações sem resposta**, perante a administração municipal e perante a Corporação Autônoma do Vale do Cauca (CVC), a autoridade ambiental.

Em 2007, **organizações colombianas de direitos sociais e humanos levaram o caso da SKCC ao Tribunal Permanente dos Povos da Colômbia** (TPP Colômbia). A empresa foi acusada de destruir florestas úmidas tropicais, florestas andinas e outros ecossistemas, destruir o tecido social, os meios tradicionais e culturais de produção das comunidades, eliminar e contaminar fontes de água, influenciar a formulação de políticas governamentais no país e pressionar funcionários públicos a favorecer os interesses da multinacional em detrimento das comunidades locais, ocultar informações relacionadas à empresa e manipular a mídia regional e nacional, usar postulados falsos, informações e publicidade enganosa para justificar suas atividades e mascarar os impactos, e de acusar e criminalizar com argumentos falsos aqueles que denunciam suas ações erradas. (4)

O contexto realista

Ano de 2015. A região de Restrepo é afetada por um verão intenso, e algumas divisões político-administrativas do município ficam sem água por quase três meses. O aqueduto rural ACUAPALTRES opera nessa área, e uma das nascentes que o alimenta está localizada no topo da montanha e já é afetada pelo plantio de coníferas próximo dali. Representantes do ACUAPALTRES, acompanhados por líderes comunitários do município, iniciam grupos de trabalho para chegar a um acordo com a administração municipal, a autoridade ambiental e a multinacional, mas sem êxito.

Os temas das mesas de trabalho giravam principalmente em torno da redução substancial da capacidade do aqueduto rural, da alta turbidez causada pela desertificação na semeadura e na colheita, do plantio de coníferas a cerca de um metro das nascentes e do ponto de captação do aqueduto, de evitar o uso de equinos na coleta de toras em áreas próximas aos canais e a contaminação por suas fezes, e da pouca ou nenhuma intervenção da autoridade ambiental, a CVC, no controle do cumprimento da norma e da implementação de punições, quando fosse o caso.

Na falta de acordo, **decide-se iniciar uma ação popular**, ou seja, uma ferramenta constitucional e jurídica que busca defender os direitos fundamentais.

No processo de coleta de provas, a multinacional pede um parecer de peritos elaborado por uma universidade colombiana proposta por ela própria. Por isso, o parecer não é feito pela Universidad del Valle, que é da região e tem experiência suficiente no assunto. São

apresentados 26 anexos contendo documentos, fotos, vídeos e análises, cerca de 80% dos quais emitidos por algum tipo de autoridade relacionada à questão da água.

Janeiro de 2019. **O Tribunal Superior do Vale do Cauca profere uma decisão favorável à comunidade**, com onze resoluções aceitando amplamente as petições da demandante. A resolução N° 5, especialmente, diz: “A Corporação Autônoma Regional do Vale – CVC – deve, no prazo de um (1) mês, fazer **nova investigação sobre o uso indevido de pesticidas pela empresa Smurfit Kappa Cartón de Colombia SA** (herbicidas, inseticidas, entre outros) na floresta plantada existente na área de proteção”. E a n° 11 diz: “A Smurfit Kappa Cartón de Colombia é obrigada a seguir os protocolos estabelecidos pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sigla em inglês), sobre o uso de pesticidas na floresta plantada, devendo observar i) sua aplicação distante de nascentes e cursos d’água, ii) o uso mínimo desses produtos em áreas de captação de aquedutos para uso a jusante, e iii) o descarte adequado das embalagens de agrotóxicos”.

A realidade comum e corriqueira

Na Colômbia, não é segredo que são os grupos político-familiares e econômicos que manipulam as decisões sobre terras e sua concentração no país. Os mesmos que tomaram o poder a partir de 20 de julho de 1810, data de nossa suposta independência, melhor denominada “mudança de comando”, são os que continuam no poder até hoje. Não surpreende que a Colômbia tenha uma das classes políticas mais corruptas do planeta.

O já fraco desenvolvimento com o qual se quis convencer os habitantes de Restrepo acabou sendo o contrário do prometido. O emprego deteriorou-se, o dinheiro circulante diminuiu, e as propriedades – não sendo produtivas – foram vendidas a grandes investidores. Os empregos que a SKCC oferece são da qualidade mais baixa e não são diretos, e sim terceirizados. São muito poucos postos por hectare e em ciclos de plantio que duram oito anos.

A SKCC recorreu da sentença ao Honorável Conselho de Estado. Essa é a multinacional dedicada principalmente a tentar mostrar que toda a sua atividade tem amparo legal. No entanto, o objetivo da ação popular era que a empresa cumprisse a lei e os regulamentos das zonas de proteção e os protocolos do FSC, uma entidade cuja existência ficou conhecida no relatório do perito.

Portanto, a pergunta é: até que ponto aquele selo pelo qual o FSC “certifica” boas práticas é verdadeiro? Propaganda enganosa? Mentira institucional? Campanha empresarial para melhorar suas vendas em outros mercados?

O “realismo trágico” ainda está um pouco em suspensão. Temos certeza de que o Honorável Conselho de Estado ratificará a decisão de primeira instância (favorável à comunidade) e teremos condições de afirmar que a situação pode se transformar em “Realismo Mágico” ao repetir a versão moderna de Davi e Golias.

Uma vez ratificada, e considerando-se seu caráter “*erga omnes*”, a decisão judicial se aplica “a todos” ou “diante de todos” os atores que causem danos aos recursos hídricos em circunstâncias semelhantes.

Fim da trama

Depois de esgotados todos os meios jurídicos e conciliatórios, não apenas com a multinacional, mas também com a intervenção da CVC e da administração municipal, a ação popular foi a ferramenta final. No entanto, atualmente, as comunidades rurais de todo o país infelizmente carecem dos recursos econômicos, administrativos e jurídicos para defender seus direitos fundamentais de forma eficaz. Ainda assim, suas lutas continuam.

Autor: *O novo David*

(1) Congresso da Colômbia (27 de janeiro de 1959) Sobre a Economia Florestal Nacional e a Conservação dos Recursos Naturais Renováveis (Lei 2 de 1959).

(2) Colombia: legislación a la medida de Smurfit, Boletín del WRM, fevereiro de 2001, <https://wrm.org.uy/es/articulos-del-boletin-wrm/seccion1/colombia-legislacion-a-la-medida-de-smurfit/>

(3) Análisis de Smurfit Kappa Cartón Colombia, 2011, <http://pifmairakappa.blogspot.com>

(4) El Tribunal Permanente de los Pueblos. Colombia hace frente a la problemática de la destrucción de la biodiversidad. Grave violación a los derechos humanos. Grupo Semillas, 2007. <http://www.semillas.org.co/es/el-tribunal-permanente-de-los-pueblos-colombia-hace-frente-a-la-problemtica-de-la-destruccion-de-la-biodiversidad-grave>

Uma voz da Tanzânia: o argumento que justifica a promoção de monoculturas de árvores para obter lenha é falso



As empresas de plantações industriais costumam afirmar que as populações locais estão destruindo as florestas, principalmente em lugares onde as pessoas dependem de lenha e/ou carvão para cozinhar ou gerar energia. Portanto, segundo esse argumento, as plantações de árvores são necessárias para fornecer essa madeira de forma “sustentável”. A vegetação local, se bem manejada, pode atender perfeitamente às necessidades locais, como vem acontecendo há gerações. **Os milhares de hectares de plantações de monoculturas que foram estabelecidos na Tanzânia são, na verdade, uma das causas de desmatamento em grande escala, poluição do solo e da água, além de conflitos com as comunidades devido ao cercamento e à ocupação das terras.**

A seguir, o testemunho de Frank, que vem atuando no apoio às lutas dos povos da floresta na Tanzânia há mais de 20 anos.

Eu me chamo Frank Luvanda, nascido e criado na Tanzânia, onde moro atualmente. Trabalho na Fundação SUHODE, uma organização não governamental pequena, mas

atuante no enfrentamento de vários desafios ambientais e sociais, incluindo a divulgação da verdade sobre os efeitos negativos das plantações de monoculturas na Tanzânia. Eu venho trabalhando com diversas organizações há mais de 20 anos. Tive o privilégio de realizar várias visitas em diversos lugares do país: desde as regiões de Terras Altas do sul e do norte até as partes leste e oeste. Entre outras coisas, testemunhei **a expansão iminente de plantações de monocultura promovidas por algumas multinacionais, como a Green Resource Limited (GRL), e muitas outras**. A maioria dessas empresas de monocultura de árvores prefere plantar espécies exóticas, principalmente eucaliptos e pinus.

Grande parte das terras que foram tomadas por empresas de monocultura era muito importante para as comunidades, pois oferecia muitos benefícios, como água, lenha, alimentação para os animais, plantas usadas para fazer cestas tradicionais e uma variedade específica de solo usada para produzir painéis tradicionais. Algumas das terras tomadas ou cercadas por essas empresas eram campos ricos, com diversos benefícios para as comunidades e cruciais para determinados animais. Além disso, por muitos anos, antes que as empresas tomassem essas terras de forma fraudulenta, as comunidades conseguiam obter lenha de melhor qualidade – provavelmente, a melhor de todas – para usar na preparação de alimentos, na iluminação e no aquecimento em nível doméstico.

Quero começar negando e me opondo categoricamente à afirmação errada feita pelas empresas de monocultura, de que plantam árvores para a produção de lenha; isso é falso! **Mais de 90% das famílias na Tanzânia estão usando lenha de árvores ou florestas nativas, e não de árvores exóticas, como eucalipto e pinus.** Segundo a Agenda de Ação para a Energia Sustentável para Todos da Tanzânia, de 2015, “Em termos de consumo de energia primária, a biomassa representa 90% do consumo da Tanzânia. A eletricidade representa 1,5% do consumo de energia no país e os derivados de petróleo, 8%. As energias obtidas do sol, do carvão, do vento e de outras fontes representam cerca de 0,5% do total ...”. Além disso, quando se trata de energia para cozinhar, a mesma Agenda de Ação para a Energia Sustentável para Todos mostra categoricamente que 90,2% dos domicílios rurais na Tanzânia usam lenha para cozinhar e aquecer, enquanto 62% das áreas urbanas usam carvão. A biomassa mencionada no documento da Agenda não é gerada pelas empresas de plantação de árvores na Tanzânia!

Porém, é verdade que na Tanzânia há uma baixa porcentagem de domicílios que cozinham usando lenha de árvores exóticas e resíduos de cultivos, mas isso é comum apenas em áreas semidesérticas, onde as florestas nativas foram degradadas. Nessas áreas semidesérticas ou semiáridas, as comunidades ainda usam árvores exóticas plantadas por elas mesmas e não por empresas! **Portanto, é falsa e enganosa a afirmação dessas empresas de que plantam monoculturas exóticas para ajudar as comunidades locais a atender sua demanda por lenha.**

A maioria das comunidades da Tanzânia usa lenha de maneira sustentável, colhendo apenas galhos de árvores vivas, e árvores ou galhos mortos de forma natural, que são encontrados na maioria das florestas saudáveis. Hoje em dia, outras comunidades plantam espécies de árvores nativas, como a *Acacia tortilis* ou a *Acacia nilotica*. As comunidades sabem exatamente qual espécie é boa para cozinhar e, portanto, não coletam qualquer uma. Por exemplo, você não encontrará comunidades coletando madeira morta de árvores como *Erythrina shliebenii*, *Faidherbia albida* ou *Azalia quanzensis*. Em grande medida, as comunidades da Tanzânia sabem como viver em harmonia com a natureza. Sempre que houver desmatamento excessivo por demanda de energia na forma de

carvão e lenha, com certeza esse desmatamento estará conectado a indivíduos de fora das comunidades que, por meio de subornos, coletam lenha e produzem carvão para vender em áreas urbanas.

Segundo a minha experiência no trabalho com a Fundação SUHODE, **não há comunidades que estejam dispostas ou queiram destruir as florestas próximas, pois dependem muito delas para vários aspectos de suas vidas**, como fornecimento de energia (lenha), água, remédios, mel etc. A SUHODE tem trabalhado para contribuir com as estruturas de governança das aldeias e estabelecer regras locais para o manejo sustentável de suas florestas, incluindo o uso das melhores práticas ao se colher/coletar lenha.

A maioria das comunidades prefere as espécies de árvores nativas às exóticas, em função do melhor valor calorífico por metro cúbico (Kcal/m³) de algumas delas. Mas algumas comunidades plantam suas próprias árvores exóticas especificamente para produzir lenha ou carvão. Enquanto isso, **nenhuma empresa de monocultura de árvores na Tanzânia está ajudando as comunidades a obter lenha a partir de suas enormes plantações de monoculturas.**

A promoção de plantações de monoculturas de árvores para fornecer lenha às populações locais é falsa e enganosa, e visa **perpetuar a apropriação sistemática de terras para seus próprios negócios e lucros**, e nunca para apoiar as comunidades no acesso à lenha. Até onde eu sei, existem muito poucos produtores de tabaco em algumas aldeias do Distrito Rural de Iringa, como Kidamali, Kiwere, Mfyome, Mlangali, Luganga, Mapinduzi, Nzihi e Kitapilimwa, que comprem madeira de plantações como fontes de energia para secar as folhas de tabaco, e não como lenha para uso doméstico.

As empresas de monocultura na Tanzânia e em outros lugares precisam parar com suas táticas traiçoeiras para obter terra, incluindo, entre outras, **“promessas não cumpridas e erradas”** feitas às comunidades locais. **Elas devem parar de expandir suas plantações e deixar as comunidades protegerem suas terras, incluindo florestas e campos.** Note-se que as plantações de monoculturas de árvores não são florestas, pois visam a produção de uma única matéria-prima, como borracha, celulose, óleo de dendê, madeira, etc. Apoiar essas plantações é igual a apoiar desertos verdes, nos quais a biodiversidade sofre mais e os meios de subsistência das comunidades diminuem radicalmente.

*Frank Luvanda,
Fundação SUHODE, Tanzânia*

O agrotóxico usado nas monoculturas de árvores que polui para sempre



Um dos perigos latentes do estabelecimento de plantações de monoculturas, geralmente invisibilizado, é o uso intensivo de agrotóxicos, que são produtos químicos sintéticos usados para controlar pragas e doenças, e que **sustentam simultaneamente os lucros das empresas que promovem as plantações e de seus financiadores**. Os agrotóxicos causam graves impactos em termos de poluição do solo e das fontes de água, bem como o surgimento de pragas resistentes e o envenenamento de pessoas e animais que vivem em torno dessas plantações.

Um desses agrotóxicos perigosos é usado em iscas para o controle de formigas cortadeiras em monoculturas de árvores e representa uma ameaça aos aquíferos e à saúde dos trabalhadores e das comunidades expostas: é a **sulfluramida, um formicida extremamente persistente, que pode levar centenas de anos para se degradar e cujo uso deve ser proibido**. No entanto, na América Latina, a utilização desse agrotóxico aumentou devido à **expansão das monoculturas** de eucaliptos, dendezeiros e pinus, embora também seja aplicado em várias culturas agrícolas, árvores frutíferas e até mesmo para uso doméstico. A sulfluramida é usada no controle de formigas e cupins, com as marcas comerciais Mirex, Atta Kill, Fluramin, Grão Verde, Dinagro-S, Forisk AG, AgriMex, Mix-Hortall, entre outras.

O Brasil se tornou o principal produtor e exportador de sulfluramida na América Latina e no mundo, depois de ele ter sido retirado do mercado nos Estados Unidos, na Europa e até na China, que também era uma importante usuária e exportadora. A produção industrial de sulfluramida no Brasil cresceu de 30 para 60 toneladas por ano, de 2003 a 2013, voltada ao uso interno e à exportação, principalmente para Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador e Venezuela, embora também haja informações sobre exportações para a Bolívia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. (1)

No Brasil, a sulfluramida é usada principalmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Bahia. **A consequente contaminação dos aquíferos foi documentada nos estados onde existem grandes áreas de monoculturas de árvores**, uma indústria que atingiu quase 8 milhões de hectares em nível nacional. A expansão da indústria de plantação de árvores – e, portanto, do uso de sulfluramida – no Brasil e em outros países da região está colocando em risco a existência dos aquíferos para

as gerações futuras e deixará um legado de poluição do solo e da água, enquanto o agronegócio das plantações lucra milhões com essa atividade. É urgente que sejam tomadas medidas no sentido de parar e eliminar o uso desse agrotóxico.

O que é sulfluramida e quais são as suas consequências?

Após a aplicação, a sulfluramida se transforma em um composto extremamente persistente, o PFOS (perfluorooctanosulfonato), que também é tóxico e pode sofrer bioacumulação, ou seja, passar de um ambiente agrícola para outros organismos vivos da cadeia alimentar. Por exemplo, das raízes de certos cultivos (milho, trigo, legumes, por exemplo), **o PFOS pode se transferir aos seres humanos quando estes ingerem alimentos, ligar-se a proteínas no sangue e no fígado ou se acumular em outros animais terrestres.** No caso de plantações de monoculturas, o PFOS escoar pelos aquíferos, podendo afetar outros **organismos aquáticos ou marinhos e ser transportado por longas distâncias.**

A sulfluramida é de fácil acesso na região e é vendida em produtos comerciais com faixa verde ou azul, rotulada como levemente tóxica, considerando apenas seus efeitos de curto prazo. No entanto, oculta-se o impacto muito mais persistente e com efeitos tóxicos crônicos no longo prazo, que inevitavelmente se transforma quando está no meio ambiente, representado pelo PFOS. O PFOS também pode causar danos aos fetos durante a gravidez, é um fator de risco associado à perda de peso, afeta o fígado, causa câncer (segundo testes de laboratório feitos em animais, mas também há evidências limitadas desse efeito em seres humanos) e afeta o sistema de defesas das pessoas, entre outros efeitos.

Por ser persistente, bioacumulável e tóxico, o PFOS está sujeito a controles internacionais para sua eliminação e/ou restrição global segundo a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, um acordo ambiental do qual a maioria dos países do mundo faz parte.

A sulfluramida pertence a um grupo químico dos compostos com longas cadeias de flúor e carbono, o que os torna muito estáveis e persistentes, os chamados PFAS. Eles têm sido usados como agentes antiaderentes em vários produtos, como móveis resistentes a manchas, espumas contra incêndio ou embalagens de comida para levar. O produto mais famoso foi o Teflon, usado em vários utensílios de cozinha e introduzido no mercado pelas empresas americanas 3M e DuPont, que fabricaram vários compostos do grupo dos PFAS nos Estados Unidos e foram objeto de ações judiciais por parte de trabalhadores e comunidades afetadas. A jornalista americana Sharon Lerner relata que, mesmo ciente de que estava prejudicando a saúde dos trabalhadores e contaminando a água, a DuPont ocultou as informações e continuou produzindo Teflon. (2)

A Convenção de Estocolmo e os lobbies do agronegócio

A Convenção de Estocolmo proíbe a sulfluramida para uso urbano e em hortas e jardins, mas o produto é vendido sem nenhum controle em muitos países da região, aproveitando o fato de que esse acordo internacional obrigatório ainda não dispõe de instrumentos de sanção por descumprimento. O Acordo **permite apenas a sulfluramida para uso agrícola, incluindo a aplicação em monoculturas de árvores,** para controle de dois tipos de

formigas cortadeiras, dos gêneros *Atta* e *Acromyrmex*, e ainda não foi estabelecido um prazo para o fim de seu uso global.

Essa exceção com tempo ilimitado foi possível devido à aceitação da recomendação do grupo de especialistas do Comitê de Análise de Novos Poluentes Orgânicos Persistentes – o órgão consultivo do qual saem as recomendações a ser aprovadas pelo plenário que reúne os países-membros da Convenção de Estocolmo. Esse Comitê aceitou os argumentos apresentados por funcionários do Ministério da Agricultura do Brasil em aliança com a indústria brasileira que produz esse agrotóxico, que fabricaram evidências de que não era possível controlar efetivamente esses tipos de formigas com outro produto ou medida. Na verdade, as indústrias produtoras desse agrotóxico (Atta-Kill, Unibrás e Dinagro) formaram a Associação Brasileira dos Fabricantes de Iscas Inseticidas (ABRAISCA), que participou do Comitê de Revisão como observadora, de mãos dadas com funcionários do Ministério da Agricultura. Na ABRAISCA, destaca-se a empresa Atta-Kill, já que pertence ao Grupo Agroceres, um poderoso conglomerado vinculado à Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

Alternativas possíveis

Apesar das declarações de alguns funcionários do Ministério da Agricultura e da ABRAISCA, o próprio Brasil tem alternativas à sulfluramida autorizadas para a agricultura orgânica, como o produto comercial Biosca, feito com ingredientes botânicos. Além disso, no Brasil e em outros países da América Latina, como Cuba, México e Colômbia, vários agentes de controle biológico (fungos entomopatogênicos como *Beauveria bassiana*, *Metarhizium anisopliae* e extratos vegetais) têm sido utilizados com sucesso no controle das formigas cortadeiras, sejam fabricados de maneira artesanal ou em escala comercial.

No caso das grandes monoculturas de árvores, o controle de formigas cortadeiras representa um grande desafio, mas a solução não será encontrada apenas comparando-se a sulfluramida com outro agrotóxico químico ou biológico, e sim integrando um conjunto de medidas de controle e modificando o manejo da plantação. O fato é que, em última análise, **o modelo das grandes plantações é insustentável e tóxico por si só. De uma maneira ou de outra, contamina e destrói a biodiversidade, as florestas, a fertilidade dos solos e as fontes de água, e afeta gravemente as populações que vivem dentro e ao redor dessas indústrias.**

Portanto, a discussão sobre as possíveis medidas alternativas e sua avaliação (intercalar faixas de floresta nativa, semear plantas repelentes, usar agentes de controle botânico ou biológico, entre outros) deve fazer parte de um processo transparente, no qual os órgãos reguladores privilegiem o interesse público em detrimento do interesse privado. Esse processo de discussão e avaliação deve incluir a participação de organizações de produtores, agricultores, sociedade civil e técnicos sem conflito de interesses com a indústria química, os governos em questão, o agronegócio ou a indústria de plantações.

A expansão das monoculturas de árvores que usam sulfluramida está gerando um passivo ambiental na região, que deve ser solucionado e evitado. As indústrias de plantações e o agronegócio em geral, que causaram o problema, devem pagar os custos de avaliação e solução dos danos ambientais e sociais já causados. Também devem ser avaliados os danos à saúde pública associados aos trabalhadores e à população exposta, usando

sistemas de vigilância eficazes. Os usos não agrícolas da sulfluramida devem ser banidos imediatamente, e é preciso definir um prazo para o fim de seus usos agrícolas, incluindo as plantações de árvores. Além disso, a troca de experiências bem-sucedidas entre agricultores deve ser incentivada, dando início a um processo com participação total de organizações de trabalhadores, comunidades, organizações e especialistas da sociedade civil.

Fernando Bejarano G.

Rede de Ação sobre Pesticidas e Alternativas (RAPAM) - ponto focal do IPEN na América Latina e no Caribe

No site do IPEN, www.ipen.org, você encontra uma brochura em espanhol e português que detalha as informações científicas consultadas para este artigo, um relatório sobre alternativas, bem como memes que podem ser usados para conscientizar consumidores e agricultores e para evitar a compra desse agrotóxico.

(1) Gilljam JL, Leonel J, Cousins IT, Benskin JP (2016) *Is Ongoing Sulfluramid Use in South America a Significant Source of Perfluorooctanesulfonate (PFOS)? Production Inventories, Environmental Fate, and Local Occurrence*. Environ. Sci Technol 50 (2): 653–659. DOI:

<https://dx.doi.org/10.1021/acs.est.5b04544>

(2) The Intercept, 2015, *The Teflon Toxic*, <https://theintercept.com/2015/08/11/duPont-chemistry-deception/>

Mulheres, territórios e posse da terra: Reflexões vindas do México sobre por que e para que nós, mulheres, queremos a terra



As mulheres e o acesso à terra no mundo

A agricultura camponesa e indígena produz até 80% dos alimentos em países não industrializados, e as mulheres são responsáveis por algo entre 60% e 80% dessa produção. Além disso, elas cumprem um papel fundamental na conservação das florestas e da biodiversidade em nosso planeta. Mesmo assim, **apenas 30% das mulheres rurais possuem terras agrícolas, e elas não têm acesso aos meios de produção.** (1) O sistema capitalista e patriarcal organiza e regula o trabalho de mulheres e homens segundo a divisão sexual do trabalho, beneficiando-se das atividades de cuidado invisíveis e não remuneradas que as mulheres exercem em suas casas e comunidades. A maioria delas assume tarefas de reprodução social, como a defesa da terra e do território, o cuidado com a água e a biodiversidade, ao mesmo tempo em que participa ou é responsável pela produção, o manejo e/ou a transformação agrícolas ou florestais. (2)

Em nível mundial, as mulheres do campo são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos. Em termos de propriedade sobre a terra, no entanto, elas estão claramente em desvantagem em comparação com os homens. Mecanismos institucionais ou de parentesco tratam deliberadamente os homens como aqueles capazes de administrar a família e lidar com a demanda da agricultura e da pecuária. As mulheres recebem entre 5% e 10% do total de créditos para assistência técnica no campo. (3)

Mulheres na América Latina

O Atlas de mulheres rurais na América Latina e no Caribe, da FAO, apresenta uma visão geral na qual **as mulheres rurais continuam situadas em uma condição de desigualdade política, social e econômica**, e se reconhece que os percentuais de propriedade da terra por parte delas são baixos: 12,7% no Brasil, 15,7% no México, e 16,2% na Argentina. (4)

Além disso, temos **o avanço de projetos de caráter extrativa**, como monoculturas de árvores, mineração, expansão do modelo de agronegócio, entre outros. **A implementação desses projetos está vinculada a processos de violência, militarização e paramilitarização nos territórios e, principalmente, nos corpos das mulheres.** Os projetos extrativistas comprometem claramente as formas de produção e reprodução da vida, e as mulheres costumam travar diferentes batalhas na defesa do território e na luta pelo reconhecimento de seus direitos agrários. A combinação desses fatores limita a autonomia das mulheres e as empobrece ainda mais. Muitas vezes, sua inclusão, por meio da geração de empregos nos projetos extrativistas, permite cumprir a “cota” de gênero necessária na política empresarial e que proporciona os enormes benefícios para as empresas que lucram com a espoliação de bens comuns em territórios, mulheres e seus corpos.

À medida que aumentam a exploração e o controle do capital sobre os territórios, ambos também aumentam sobre o trabalho e a vida das mulheres. Esses dois “recursos” são, ao mesmo tempo, indispensáveis e considerados infinitos e flexíveis no processo de acumulação de lucros. (5)

Essa abordagem extrativista **aprofunda a invisibilização do trabalho de cuidado e a falta de acesso à terra**, com um impacto especialmente negativo sobre as mulheres, uma vez que a decisão sobre o território e os bens naturais comuns está diretamente ligada aos direitos agrários ou de titularidade sobre a terra. O crescente avanço de projetos extrativistas em todo o mundo cobre isso de vital importância.

Mesmo dentro de comunidades com formas de propriedade coletiva, existem estruturas patriarcais que não costumam reconhecer o papel da mulher no trabalho coletivo e na reprodução da vida. Tampouco permitem a participação efetiva das mulheres nos espaços de decisão, apesar de elas participarem ativamente na sustentação das lutas pela defesa de suas terras diante da chegada de projetos extrativistas.

O México e a posse da terra

No México, isso não é exceção. Embora, em termos de propriedade da terra e posse de florestas, por exemplo, sempre se observe que 80% (6) das florestas estão nas mãos de ejidos (terras coletivas) e de comunidades indígenas e camponesas, dentro deles está

estabelecido um sistema de organização patriarcal que favorece os homens, como regra geral, no acesso à terra.

Junto a isso, quando têm acesso à terra e se convertem em sujeitos agrários ao herdá-la ou obtê-la por meio de compra ou de ações na justiça que duram muitos anos, **as mulheres enfrentam situações de espoliação por parte de parentes, assembleias ou vizinhos**. Por exemplo, os números obtidos pelo centro de direitos das mulheres de Chiapas, no sul do país, em 2015, mostram mais de 100 denúncias de espoliação naquele ano. (7)

Em 1992, com a reforma do artigo 27 da constituição, **teve início o avanço da destruição da posse coletiva no México por meio da promoção de programas de certificação agrária, com a qual se pretende promover a privatização da propriedade social e coletiva**.

Nesse sentido, temos a aplicação de programas como PROCEDE (Programa de Certificação de Direitos de Ejido e Titulação de Parcelas), FANAR (Fundo de Apoio a Núcleos Agrários Não Regulamentados) e RRAJA-FANAR (Programa de Regularização e Registro de Atos Jurídicos Agrários), que **condicionam o acesso de comunidades e ejidos aos programas governamentais para o campo à individualização da terra mediante a obtenção de títulos de propriedade**.

Mulheres e posse da terra: Para que queremos terra? Algumas reflexões

Nós, mulheres, desenvolvemos conhecimentos milenares, bem como um manejo e uma gestão holísticos dos bens naturais comuns, incluindo terras florestais e agrícolas: água, sementes, usos e transformações. Além disso, estamos **sujeitas a políticas ativas nas lutas pela defesa de nossos territórios**; não é correto dizer que apenas participamos de sua gestão.

No México, muitas experiências sugerem que as comunidades se fortalecem diante do exercício coletivo e participativo de seus direitos agrários. São essas comunidades que melhor defendem suas terras e seus territórios. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para deixar de fortalecer estruturas nas quais os homens tomam decisões que perpetuam esse sistema de desigualdades sobre os territórios e os corpos das mulheres. **O fortalecimento de assembleias que reconheçam os direitos de titularidade das mulheres sobre suas terras gera processos de decisão mais consistentes nos territórios**.

Experiências locais em Guerrero, Chiapas e Oaxaca, no sul do México, apontam **alternativas construídas pelas comunidades para o reconhecimento dos direitos agrícolas das mulheres**, por exemplo, a criação de assembleias de comissões mistas encarregadas de escrever capítulos sobre os direitos das mulheres e cujo objetivo é o reconhecimento da propriedade social e coletiva dos povos e contra os projetos de privatização e espoliação. (8) No mesmo sentido, constrói-se a iniciativa que aposta na propriedade familiar da terra, a qual promove principalmente o direito de as mulheres serem reconhecidas como membros dos coletivos de ejidos e comunidades, em igualdade de direitos com os homens, e o reconhecimento da terra como propriedade familiar. Essa iniciativa aponta para a necessidade de as mulheres poderem, além de ter seus direitos reconhecidos, expressar sua voz e tomar decisões nas comunidades, para fortalecer o

controle político diante do enfrentamento aos processos de privatização que buscam se instalar nos territórios.

Algumas reflexões que também respaldam essa luta são apresentadas por Lorena Cabnal, da Guatemala, a partir do feminismo comunitário: “Não defendo meu território-terra apenas porque preciso dos bens naturais para viver e deixar uma vida digna para outras gerações. Na abordagem baseada na recuperação e na defesa histórica do meu território corpo-terra, assumo o resgate do meu corpo espoliado, para gerar vida, alegria, vitalidade, prazeres e construção de prazeres libertadores para a tomada de decisões. (...) Nesse sentido, todas as formas de violência ameaçam essa existência, que deve ser plena”. (9)

A continuidade da vida depende dos espaços sociais de produção e reprodução.

Essas iniciativas reafirmam formas de posse nas quais as coletividades continuam resguardando seu acesso à terra por meio de esquemas de posse coletiva. Isso acontece diante da onda de projetos que pretendem não apenas condicionar a política de investimento público no campo, mas também colocam em cena modelos de defesa do “projeto de vida” diante da imposição de projetos de privatização e espoliação.

Como nos diz Gladys Tzul Tzul, de Totonicapán, na Guatemala (2014): “Nós, mulheres indígenas e camponesas, buscamos não apenas o reconhecimento do acesso à terra, mas também uma participação plena: nossas histórias se inserem em muitos eventos coletivos que construíram caminhos políticos de luta nos quais a disputa central é pelos meios materiais de reprodução. (...) Se vivemos em relações sociais que produzem comunidade, temos que pensar seriamente na organização e na criação de formas de responsabilidade e trabalho compartilhados entre mulheres e homens, porque o cuidado não tem que se dar à custa da saúde da mulher. Também temos que produzir maneiras nas quais participemos plenamente, não apenas do uso das terras comunitárias, mas também no processo em que se tomam as decisões sobre o coletivo”. (10)

Nesse sentido, a busca pelo reconhecimento do direito à terra começa por não permitir o avanço de um modelo de privatização nos territórios, mas deve ocorrer sob o preceito do reconhecimento absoluto dos direitos agrários das mulheres e do nosso papel na reprodução da vida, na criação da comunidade, bem como na força de nossas memórias e na coragem de nossos modos de vida cotidianos. Isso implica a garantia do direito das mulheres à plena participação na vida social, política e econômica das comunidades, bem como do acesso a água, sementes e condições de produção e comercialização, com autonomia e liberdade.

Claudia Ramos Guillén, crguillen.2014@gmail.com

Agroécóloga com experiência em processos de defesa de florestas e biodiversidade em comunidades indígenas e rurais do sul do México.

(1) *Agricultura Familiar en América Latina y el Caribe, recomendaciones de política*. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i3788s/i3788s.pdf>. Consultado em fevereiro de 2020.

(2) Amigos de La Tierra Internacional. 2018. *Manejo comunitario de Bosques y Agroecología: vínculo e implicaciones*. Disponível em: <http://www.radiotemplor.org/wp-content/uploads/2018/05/Manejo-comunitario-de-bosques-y-agroecolog%C3%ADa.compressed.pdf>. Consultado em fevereiro de 2020.

(3) *FAO aboga por mayor acceso de las mujeres a la tierra en América Latina y el Caribe*. 2015. Disponível em: <https://news.un.org/es/story/2015/08/1336661>; consultado em 14 de fevereiro de 2020.

(4) FAO, 2017. *Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe*. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i7916s.pdf>; consultado em 13 de fevereiro de 2020.

(5) Korol, Claudia. 2016. *Somos tierra, semilla, rebeldía. Mujeres, tierra y territorio en América Latina*. Somos tierra, semilla, rebeldía é uma coedição de GRAIN, Acción por la Biodiversidad e América

Libre. <https://www.grain.org/es/article/5563-somos-tierra-semilla-rebeldia-mujeres-tierra-y-territorios-en-america-latina>

(6) Bray, D. B., L. Merino P. e D. Barry. 2007. *El manejo comunitario en sentido estricto: las empresas forestales comunitarias de México*. Em: Bray, D. B., L. Merino P e D. Barry (orgs.). *Los bosques comunitarios de México. Manejo sustentable de paisajes forestales*. Instituto Nacional de Ecología-Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales y Consejo Civil Mexicano para la Silvicultura Sostenible. México, D. F. México. p. 21-49.

(7) Centro de Derechos de La Mujer (CDMCH).2015. *Construcción del movimiento de defensa de la tierra, el territorio y por la participación y el reconocimiento de las mujeres en la toma de decisiones*. Documento de divulgación electrónico.

(8) *Carpeta de Información*. 2019. Gómez, Claudia; Rodríguez Maritza, Erika Carbajal. Integrantes del Grupo de género y extractivismo en México.

(9) Cabnal, Lorena. 2012. *Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala*. Disponível em: https://www.academia.edu/7693851/Acercamiento_a_la_propuesta_del_feminismo_comunitario_Abya_Yala. Consultado em fevereiro de 2020.

(10) Tzul Tzul, Gladys. 2015. *Mujeres indígenas: Historias de la reproducción de la vida en Guatemala. Una reflexión a partir de la visita de Silvia Federicci*. Bajo el Volcán, vol. 15, n°. 22, março-agosto de 2015, p. 91-99. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. Puebla, México. <https://www.redalyc.org/pdf/286/28642148007.pdf>

RECOMENDADOS

Bioenergia na África Ocidental: Impactos sobre Mulheres e Florestas

O boletim Forest Cover de setembro de 2019, da organização Global Forest Coalition, aborda a situação e o uso da bioenergia na África Ocidental, e seus impactos sobre mulheres e florestas. Isso vai desde a bioenergia produzida em grande escala, que exige enormes áreas de terra para fornecer as matérias-primas, até as necessidades gerais de energia em escala doméstica e comunitária, onde a madeira é coletada principalmente por mulheres. Projetos de fogões limpos estão sendo cada vez mais vinculados a plantações comerciais de árvores que produzem “carvão limpo”, enquanto os eucaliptos estão sendo plantados em grande escala apenas para a queima em usinas de energia. As mulheres têm que passar muito tempo e empreender esforços físicos para coletar lenha, o que é agravado pelo desmatamento, além dos impactos na saúde resultantes da exposição à fumaça.

Leia o boletim em inglês aqui:

<https://globalforestcoalition.org/forest-cover-59/#fc5905>

Relatório climático do povo: vozes da Índia

O People’s Climate Report, da organização People’s Climate Network, é concebido para oferecer uma perspectiva de baixo para cima sobre as mudanças climáticas. O objetivo é entender como comunidades de todo o mundo vivenciam as mudanças climáticas. Este relatório dá uma ideia de experiências e vozes de comunidades que enfrentam o clima em mudança em Bengala Ocidental, Odisha, Jharkhand e Chhattisgarh – partes da Índia onde águas e florestas são cada vez mais ameaçadas por mudanças climáticas, desmatamento e desenvolvimento desigual. Leia em inglês aqui:

<https://storymaps.arcgis.com/stories/d5fb260c9f6643738624dd8b89abb8ba/prin>

Uruguai: desmascarada a campanha fraudulenta da multinacional finlandesa UPM

Organizações sociais de Uruguai, Finlândia e outros países, juntamente com profissionais de renome, apresentaram os resultados de pesquisas científicas realizadas nos últimos 15 anos acerca dos impactos das monoculturas de árvores sobre as pastagens, refutando a “maquiagem

verde” da empresa UPM, que se anuncia como líder mundial na luta contra as mudanças climáticas, a defesa da biodiversidade e o manejo sustentável da água.

O principal negócio da multinacional de origem finlandesa é a produção de celulose a partir de suas plantações de eucalipto, que substituem o ecossistema da pradaria por monoculturas industriais de árvores exóticas. Além da expulsão das populações rurais, essas plantações afetam produções locais (soberania alimentar), solo (acidificação e perda de matéria orgânica, entre outros) e água (escassez em áreas adjacentes às plantações e poluição devido ao uso de pesticidas).

Leia – e subscreva – a carta aberta que está sendo apresentada a várias autoridades dos governos do Uruguai e da Finlândia, bem como às agências da ONU, e que denuncia a campanha fraudulenta da UPM. <https://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/firme-esta-carta-denuncie-el-maquillaje-verde-de-la-multinacional-upm/>

O Reino Unido precisa processar empresas britânicas que violem direitos humanos na Libéria

Em janeiro de 2020, a ONG Traidcraft Exchange divulgou um relatório sobre o Óleo de Dendê Equatorial, listado no Mercado de Investimento Alternativo (AIM, na sigla em inglês) da Bolsa de Valores de Londres. O relatório intitulado “Our Land: Land Grabbing in Liberia and the Case for a New Law UK” constatou que as plantações industriais da Equatorial Palm Oil violavam o direito da população local a suas terras e a empurrava ainda mais para a pobreza, sem que tivessem que responder por isso. A empresa desfruta de estabilidade econômica e jurídica e de acesso a investimentos por ser registrada no Reino Unido. O relatório conclui: “Se empresas britânicas estão agindo com impunidade no exterior, elas devem ser julgadas em tribunais do Reino Unido por violações dos direitos humanos”, e isso deve ser regulamentado em lei. Leia um artigo sobre o relatório em inglês aqui: <https://frontpageafricaonline.com/county-news/charity-calls-on-uk-to-prosecute-british-companies-that-violate-human-rights-in-liberia/> E aqui: <https://www.farmlandgrab.org/post/view/29434>

Banco holandês ING acusado de contribuir para abusos de empresas de plantações de dendê

Em janeiro de 2020, o Ponto de Contato Nacional para a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na Holanda declarou ser admissível uma denúncia de três grupos Amigos da Terra (Milieudefensie-Holanda, SDI-Líbia e WALHI-Indonésia) contra o banco ING. Oslan Purba, da WALHI, destaca que o desmatamento e a apropriação de terras são sistêmicos na indústria de óleo de dendê: “O que importa para nós é que estamos apresentando um caso após o outro há 20 anos, mas as instituições financeiras europeias continuam financiando as empresas de óleo de dendê”. De acordo com os reclamantes, essa denúncia demonstra mais uma vez que a política de Responsabilidade Social Corporativa ou qualquer outra diretriz voluntária não funcionam e que precisamos de legislação vinculativa para pôr fim a investimentos e operações duvidosos. Leia sobre a denúncia, em inglês, aqui: <https://en.milieudefensie.nl/news/friends-of-the-earth-groups-complaint-against-ing-group-admissible-declares-oecd-201cing-has-been-ignoring-abuses-in-the-palm-oil-sector-for-years201d>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 248 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): “Comunidades resistindo ao desmatamento e às táticas de “lavagem verde”?”** (<https://wrm.org.uy/pt/>)

Assine o Boletim do WRM: <http://eepurl.com/7RJYL>

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Você perdeu a última edição do boletim do WRM “Conceitos que matam florestas”?
[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor-chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3.

CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>